



SUSTENTABILIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR DE UMA COMUNIDADE DE MARISQUEIRAS EM INDIAROBA/SE

Cristiane Neyre Almeida de Jesus
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
neyrecristiane@gmail.com

Jailton de Jesus Costa
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
jaicosta@gmail.com

Adauto de Souza Ribeiro
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
adautoribeiro@academico.ufs.br

GT 4: Educação Ambiental de Base Comunitária

Palavras-chave: carcinicultura, marisqueiras, soberania alimentar.

SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO

A definição de desenvolvimento sustentável compreende a possibilidade da sociedade conseguir atender às necessidades do presente, sem comprometer as gerações futuras. Esse desenvolvimento está relacionado com pelo menos três dimensões: a dimensão social (qualidade de vida), dimensão econômica (competitividade e geração de renda) e a dimensão ambiental (recursos naturais).

O conceito de desenvolvimento sustentável está ligado à necessidade de sensibilização e a racionalidade do sistema econômico em reconhecer a possibilidade de

esgotamento e limitação dos recursos naturais. Ele surge propondo uma base reflexiva a partir do potencial ecológico e com viés de uma nova racionalidade ambiental.

Nesse contexto, no Brasil, a atividade de carcinicultura vem crescendo nos últimos 20 anos. Comparando a produção de camarão (kg/hectare/ano) do Brasil com a China e Equador, este é o maior em 422,5% e 983% respectivamente (BRASIL, 2005).

No final da década de 1990, o cultivo do camarão foi introduzido nos estuários sergipanos e desde então com crescimento acelerado. Tal atividade é fundamentada na Lei nº 8.327 de 04 julho de 2017. Nesse mesmo ano, Sergipe contabilizou uma produção de 2.785.727 quilogramas, tornando-se o 3º maior produtor de camarão do Brasil (IBGE, 2017). Em 2020, no último levantamento realizado pelo IBGE, Sergipe obteve 4.564.968 quilogramas de camarão produzido, perfazendo quase o dobro da produção de camarão realizada em 2017.

A atividade de carcinicultura, num contexto mais abrangente, é desenvolvida de forma insustentável com um caráter degradador ao meio ambiente, geralmente realizada por empresários, mas não somente eles, deixando um solo impossibilitado para uso por outras atividades por um longo período, quando o viveiro é desinstalado/abandonado, além dos danos que causa a vegetação do manguezal.

Neste cenário, a implantação da carcinicultura tenta promover a ruptura do *habitus* construído, onde utiliza como estratégia o discurso do desenvolvimento, do progresso, e da geração de renda e emprego, caracterizado por lutas no espaço social, marcadas por desigualdades dos agentes sociais envolvidos. Dessa forma, pode-se denominar os conflitos ambientais de conflitos socioambientais, uma vez que as consequências dos desastres ambientais impactam tanto o meio ambiente quanto a sociedade.

Sendo assim, tal atividade desenvolve-se de forma violenta, destruindo ecossistemas manguezais, e comprometendo o modo de vida e trabalho das comunidades tradicionais e conseqüentemente a sobrevivência e soberania alimentar delas.

Com o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada, o Brasil adotou o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com a seguinte configuração definida na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346, de 15 de setembro 2006:

Art. 3º A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O sistema que compreende o poder corporativo, responsável pela perda da soberania alimentar, pelo empobrecimento generalizado das dietas e pela acelerada perda de agro diversidade, procura se colocar diante dessa catástrofe de dimensões civilizatórias como seu principal beneficiário.

Partindo do princípio de que a alimentação é um direito humano inalienável, diante da proposta da Segurança alimentar, foi proposto pelas organizações camponesas o conceito de soberania alimentar em que a população tem o direito de produzir e controlar seu próprio alimento, pois é questão de sobrevivência a produção e distribuição de alimentos (STEDILE; CARVALHO, 2013).

A soberania alimentar faz parte da produção e distribuição do povo e são inegociáveis não devendo depender de estratégias políticas ou incentivos governamentais. Além de terem o acesso ao alimento necessário para sobrevivência existem também as condições materiais e culturais para a produção e consumo (COSTA, 2018).

Existe um conjunto de desafios quanto como à resposta para o problema da (in)segurança alimentar. Estruturas institucionais contemporâneas não têm conseguido alcançar a garantia para promoção de acesso justo e equânime de toda a população mundial a alimentos. Assim, os valores na segurança alimentar não estão sendo democratizados pelas agências estratégicas associadas a sistemas de segurança alimentar (WAGENINGEN UR, 2016).

Nesse contexto, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem uma agenda mundial com 17 objetivos. Desta forma, o objetivo 2, e a meta 2.1 tem como objetivo até 2030, “erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguro, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano”.

De acordo com Development (2018), os estudos voltados à avaliação do progresso com relação ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o mundo tem demonstrado certo progresso no tocante ao fim dos déficits de estaturas,

desperdícios e subnutrição, a partir de indicador estabelecido pela FAO. Contudo, tais estudos mostram também que a velocidade não tem sido satisfatória a ponto de acabar com as formas de desnutrição até 2030, data limite dos ODS.

O chamado progresso insiste em trazer o argumento da verdade quando a realidade é bastante diferente, uma vez que as culturas são desprezadas, causando sérios impactos nas comunidades tradicionais. Dessa forma, o problema deste estudo segue o viés destes impactos causados aos trabalhadores e trabalhadoras do mangue, que tem sua atividade econômica impactada pela atividade da carcinicultura, mais precisamente no Povoado Preguiça, no município de Indiaroba.

Portanto, o problema de pesquisa arrolado diz respeito à soberania alimentar dentro do processo de mariscagem em que a pesca é diretamente impactada pela atividade de carcinicultura, e com isso acaba afetando e porque não dizer, destruindo o ecossistema manguezal e impactando diretamente a vida das marisqueiras e marisqueiros e sua questão cultural.

SEÇÃO 2: REFERENCIAL TEÓRICO

A Segurança Alimentar “consiste em a população ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, além de outras necessidades básicas” (BRASIL, 2006). O conceito de Segurança alimentar põe ênfase nas dimensões política e cultural do alimento, criticando sua equiparação a uma mercadoria.

O atual estado nutricional e alimentar da população brasileira, considerando sua relação com as desigualdades sociais, está fortemente condicionado pela forma como os alimentos têm sido produzidos e comercializados no país. Assim, alternativas para enfrentar tarefas prioritárias em relação à nutrição (obesidades, deficiências de micronutrientes, fome e subnutrição) residem, principalmente, na transformação do modelo de produção de alimentos em modelos agroecológicos, bem como na alteração dos padrões de abastecimento e acesso aos alimentos (MALUF *et al.*, 2015, p. 2305), sob as mais diversas perspectivas.

Na perspectiva socioeducacional, o momento de realização das refeições é considerado um acontecimento social, constituindo-se as normas vigentes na sociedade a prever adoção de determinados comportamentos de consumo. Por ser biopsicossocial,

o ser humano é influenciado pela pressão exercida pelos pares e familiares que lhes servem de modelo e o levam a adotar determinadas atitudes (DUARTE, 2018). Por outro lado a, educação alimentar é importante para adotar um estilo de vida saudável fundamental para criação de estratégias de alimentos consumidos, cujo impacto na saúde física e mental é significativo.

Em vista disto, a segurança alimentar ultrapassa as questões de acesso à renda, devendo ser entendida enquanto recurso indispensável de inclusão social e sobrevivência (ALMEIDA *et al.*, 2015).

Segundo Mapa (2013), a alimentação saudável deve contemplar como atributo básico, “o consumo de ampla variedade de alimentos de todos os grupos, que forneçam os diferentes nutrientes, evitando a monotonia alimentar, que limita a disponibilidade de nutrientes necessários para atender as demandas fisiológicas” e garantir uma alimentação adequada.

Por outro lado, as decisões individuais, embora imprescindíveis, não são suficientes para provocar uma mudança estrutural no sistema agroalimentar hoje estabelecidos. Indivíduos e grupos são capazes de influenciar o sistema alimenta, assim como o contrário também. No âmbito coletivo, as práticas alimentares no conceito de sustentabilidade só serão efetivas quando integradas ao desenvolvimento de políticas públicas que incentivem e facilitem escolhas saudáveis e, ao mesmo tempo, protejam indivíduos e populações de fatores e situações que levem às escolhas não saudáveis (CASTRO, 2015).

Cabe mencionar ainda, que resiliência, pode ser definida como capacidade ou conjunto de habilidades ou enquanto atributo de sujeitos e localidades. Tal conjunto de habilidades estaria associada à capacidade de se recuperar ou entrar em conformidade com situações desfavoráveis ou prejudiciais, bem como de encontrar forças e recursos internos com o intuito de superar pressões externas (FURTADO, 2015). Diante do exposto, é importante que haja uma população participativa que decida e planeje, levando em consideração sua capacidade e recursos, a fim de recuperar-se de situações adversas.

À medida que a população mundial cresce, aumenta também o contingente de pessoas sem adequado acesso a alimentos. Isto acarreta carência na estrutura alimentar e pode provocar desnutrição (CRUZ, 2016). Os distintos níveis de insegurança alimentar

provocados pela fome podem ser observados a partir de fatores diversos, seja pela carência alimentar ou pelos desequilíbrios.

Mesmo se a população mundial conseguir reduzir perdas e desperdícios, a necessidade de suprimento sustentável e nutritivo de alimentos a obriga a tomar atitudes enérgicas. Assim, além de gerar esforços que contribuam para o aumento da produção existente, torna-se urgente a remodelação de padrões de produção e consumo, a partir de alternativas inovadoras, o que implica em avanços tecnológicos e mudanças socioeconômicas (BOER *et al.*, 2018).

A Agenda 2030 manifesta a determinação em proteger o planeta de degradação, inclusive através de produção e consumo sustentáveis, gestão sustentável de recursos naturais e ações imediatas voltadas às mudanças climáticas. Dessa forma, acredita-se que ainda se pode assegurar a manutenção das necessidades de gerações atuais e futuras, apesar de muitas destas ações e prioridades estarem sendo negligenciadas (WEINBERGER, 2015).

O ODS 2 pretende acabar com todas as formas de fome e má-nutrição até 2030, de modo a garantir que todas as pessoas - especialmente as crianças - tenham acesso suficiente a alimentos nutritivos durante todos os anos, daí uma das importâncias desse estudo, que é contribuir o ODS 2, mais precisamente com a meta 2.1.

SEÇÃO 3: CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para compreender a dimensão dos conflitos enfrentados na realização do trabalho dos marisqueiros e marisqueiras, ampliados pelos impactos da atividade de carcinicultura e suas consequências para o ecossistema manguezal, foram escolhidos alguns procedimentos metodológicos que serão apresentados a seguir.

Indiaroba possui área territorial de 313,5 km² e na estimativa do IBGE para 2021 contava com 18.337 habitantes. Indiaroba pertence à Mesorregião Leste Sergipano e Microrregião de Estância, localizada a 96 quilômetros de Aracaju.

A cidade de Indiaroba fica localizada as margens do Rio Real e conta com quarenta e cinco comunidades, no entanto, foi escolhida para realização deste estudo por ter sido o primeiro município do país a implantar o camarão na merenda escolar das escolas municipais, além de possuir diversas comunidades tradicionais em seu entorno. Tal inclusão partiu de uma estratégia de desenvolvimento local. Indiaroba possui

atualmente quinze escolas municipais de nível fundamental, uma creche e duas escolas estaduais de nível médio.

A população deste estudo é formada pelos atores sociais que fazem parte da realidade do dia a dia de uma atividade comprometida e desvalorizada.

O trabalho foi realizado com marisqueiras e marisqueiros residentes na Comunidade Preguiça, distante da sede do município cerca de 15 km. A escolha desta comunidade deu-se por ser a comunidade com maior número de trabalhadores e trabalhadoras do mangue do município de Indiaroba. Estes trabalhadores envolvidos na pesca artesanal abrangem grandes populações tradicionais que, na maioria das vezes, vivem em situação de vulnerabilidade com uma jornada de trabalho árdua e desvalorizada, com impactos diretos na saúde e qualidade de vida dessas populações.

O povoado Preguiça fica localizado as margens do Rio Real, com população de 239 famílias, sendo subdividido em Preguiça de cima com 109 famílias e Preguiça de baixo com 130 famílias, onde a maioria destas vivem da atividade da mariscagem e da pesca artesanal.

Na fase inicial da pesquisa, foi realizado o reconhecimento do recorte espacial, através da observação direta do ambiente. Foram realizadas duas visitas com o objetivo do reconhecimento mais detalhado do município e de compreensão do problema enfrentado pelas comunidades do entorno e incluindo os aspectos ambientais do local.

Pretendeu-se através das observações em campo, identificar as necessidades primárias da comunidade, a percepção dela acerca da atividade de carcinicultura e da soberania alimentar.

Na primeira observação de campo, houve a oportunidade de conversar com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do município, o qual fez um breve histórico da importância de estratégias de desenvolvimento local, como exemplo da inserção do camarão na merenda escolar. Ele informou ainda que o camarão é comprado dentro do município aos pequenos produtores e que para participar do Programa, eles precisam ter a Declaração de Aptidão do PRONAF, além de ser necessário realizar cadastro junto a Cooperativa de Produção, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região – COOPERAFIR.

A cooperativa fica localizada no Assentamento Sete Brejos, localizados cerca de 7 km da sede do município de Indiaroba. Ainda de acordo com o Secretário de

Desenvolvimento Econômico, após a realização da compra do camarão, eles seguem para a limpeza e preparo, onde são devidamente separados e embalados apenas o filé em embalagens de 1 kg, e todo o processo é realizado em parceria com a empresa privada Viegas Camarão, que fica localizada entre o Povoado de Preguiça e o Pontal.

Neste mesmo dia, tivemos a oportunidade de conhecer a residência de uma marisqueira que tem um pequeno viveiro de camarão no quintal de sua casa e está vinculada ao Programa de Incentivo à Agricultura Familiar, com vistas a realizar a venda de camarão, que é disponibilizada na merenda escolar do município.

Por estarmos acompanhados do Secretário de Desenvolvimento Econômico, percebemos que a marisqueira não se sentiu a vontade para conversar e decidimos retornar posteriormente sem a presença dele, tendo em vista um tensionamento entre os sujeitos da pesquisa.

Na segunda visita de campo que aconteceu em 20 de abril de 2022, realizamos uma roda de conversa no Povoado Preguiça com algumas marisqueiras da comunidade, com o intuito de coletar informações referentes aos entraves vivenciados naquela comunidade.

Diversos questionamentos e conflitos foram elencados entre elas, tais como: o impacto da atividade da carcinicultura no mangue, a redução da quantidade de mariscos, as dificuldades socioeconômicas, diversos problemas de saúde como doenças de pele, varizes, questões ginecológicas, além do preconceito enfrentado por elas pela prática da atividade, entre outros.

Tais observações realizadas no município de Indiaroba e especificamente no Povoado Preguiça evidenciaram que além dos problemas socioambientais vividos pelas marisqueiras e marisqueiros, há alguns que vêm afetando a soberania alimentar da comunidade, a exemplo da carcinicultura, que tem afetado o modo de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do mangue, tanto nos aspectos econômicos, sociais, culturais e em questões de saúde.

De acordo com o discurso apresentado pelo representante da prefeitura, apesar da atividade econômica da carcinicultura ser promissora e repleta de benefícios para os pequenos produtores, o que vemos na prática é uma atividade que distancia e divide o movimento das marisqueiras, além da possível insustentabilidade de sua prática, que vem trazendo prejuízos ambientais e gerando conflitos socioambientais.

SEÇÃO 4: CONCLUSÃO

Por meio de estudos e práticas de Educação Ambiental, é possível refletir e construir estratégias que tornem o contexto escolar e a comunidade em espaços de aprendizagem e de promoção do bem-estar físico, mental, social e ambiental.

Faz-se necessário propor diretrizes e estratégias para criação de uma Associação das Marisqueiras na comunidade, com vistas a fortalecer a atividade delas e as lutas em defesa do ecossistema manguezal.

REFERÊNCIAS

BOER, Imke de; KROEZE, Carolien; VAN DE VEM, Gerrie; BOKKERS, Eddie.; VAN ITTERSUM, Martin. (Holanda). Wageningen. Wageningen University and Research. **Sustainable Food Security: The value of systems thinking**. Online Course. 2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente – MMA. Diagnóstico da carcinicultura. Relatório Final. Brasília, DF, 2005.

CASTRO, I. R. R. Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.31, n.1, p. 7-9, 2015.

COSTA, J. G. Soberania Alimentar: dimensões material, prático-política, utópica e contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

DEVELOPMENT INITIATIVES, 2018. 2018 **Global Nutrition Report: Shining a light to spur action on nutrition**. Bristol, UK: Development Initiatives.

DUARTE, M. C. R. Perspectivas futuras para a sustentabilidade alimentar, Novas fontes de proteínas na alimentação dos Portugueses. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 2018.

FURTADO, F. Cidades Resilientes: Considerações Conceituais. In: FURTADO, F.; PRIORI JR, L.; ALCÂNTARA, E. (Org.). **Mudanças Climáticas e Resiliência das Cidades**. Recife: Pickimagem, p. 19–32, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico – Indiaroba/Sergipe, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/indiaroba.html>. Acesso em 26 junho de 2022.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. Caderno “Segurança Alimentar”. Disponível: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberanía alimentaria: una necesidad de los pueblos. In: ILSA (Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos); FOOD FIRST (Institute for Food and Development Policy). Movimientos alimentarios uníos! Estrategias para transformar nuestros sistemas alimentarios, Bogotá: Colección en clave de sur, 2013.

WAGENINGEN UR. BSc and MSc thesis themes and topics. Netherlands: 2016. Disponible em: <<https://www.wageningenur.nl/en/Expertise-Services/Chairgroups/Social-ciencas/Public-Administration-and-Policy-Group/Information-forstudents/BSc-and-MSc-thesis-themes-and-topics/Theme-4-Food-system-governance-andthe-right-to-food.htm>> Acceso em: 10 out. 2020

WEINBERGER, K. (Thailand). United Nations. ESCAP (Economic and Social Commission for Asia and the Pacific) (Org.). **Integrating the three dimensions of sustainable development: a framework and tools**. Bangkok: United Nations, 2015. 33 p. Disponible em: Acceso em: 20 out. 2020.